

País negocia amanhã com credor e estados

Helival Rios

Amanhã é o dia da dívida. Em Nova Iorque, uma missão oficial do governo brasileiro dá início a uma nova rodada de negociações com os credores internacionais do País, enquanto que, em Brasília, o ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, reúne-se com os secretários de Fazenda de todos os estados para discutir com eles as linhas gerais de um programa de refinanciamento da dívida dos governos estaduais para com o governo federal. A importância dos dois eventos está no valor dos débitos envolvidos, US\$ 108 bilhões, dos quais US\$ 52 bilhões referentes à dívida externa brasileira com os bancos privados; e US\$ 56 bilhões dos débitos dos estados para com a União.

Dois princípios deverão prevalecer nas duas negociações, mantendo-se, segundo vem dizendo o próprio ministro Marcílio em conversas com seus assessores, um traço de coerência. Com relação à dívida externa, o Brasil se dispõe a pagar, desde que em bases realistas, compatíveis com a capacidade do País e perspectivas de médio prazo de retomada do crescimento econômico. Com relação à dívida interna, o governo federal quer receber e não aceita fazer acordos que impliquem na postergação de pagamentos que devem guardar, também um compromisso com a realidade das finanças estaduais.

Calote

Em ambas as negociações, tanto da dívida externa quanto da interna e que têm o governo federal, simultaneamente, como devedor e como credor, a orientação expressa do presidente Fernando Collor é para que se afaste, definitivamente, o fantasma do calote. Os compromissos devem ser honrados, em-

bora sem perder de vista a realidade das receitas e necessidade de cobertura de despesas prioritárias.

Na reunião que fará amanhã com os secretários de Fazenda de todos os estados, o ministro Marcílio quer apresentar a eles as diretrizes gerais das concepções do governo, em torno de um programa de refinanciamento dos débitos para com o Governo Federal.

As discussões deverão sofrer uma abordagem de natureza mais técnica, de modo a se estimar, de fato, a capacidade de pagamento,

em geral, dos estados. Posteriormente, após consagração dessas diretrizes gerais, haverá um exame caso a caso, estado por estado.

Mas a primeira reação dos secretários de Fazenda estaduais a essas diretrizes gerais é muito importante para que o presidente Collor possa conduzir a conversa que manterá com todos os governadores, no próximo dia 26, em Brasília, quando, além da questão da dívida, serão abordados outros temas importantes, como a necessidade

de se acelerar o processo de emendas constitucionais.

O Governo Federal pretende arrancar dos governadores de todos os estados da Federação um compromisso formal com relação ao pagamento dos seus débitos, estipulando um cronograma para o pagamento dos juros (no caso, por exemplo, dos empréstimos junto aos bancos oficiais) e amortização do principal.

Esse cronograma, segundo se dizia ontem no Ministério da Economia, é de grande importância para que o governo possa assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento da política de combate à inflação, garantindo um maior controle sobre o déficit público.

Dívida externa

No que toca à dívida externa, assessores do ministro Marcílio estão convencidos de que a nova rodada de negociações dará um passo importante para que se chegue a um acordo definitivo que envolva redução do estoque da dívida e apropriação, pelo Brasil, de parte do deságio existente sobre a transferência da titularidade dos créditos para com o país no mercado interbancário internacional.

O governo entende que desde que se dispôs a pagar parte dos juros atrasados (cujo total é de US\$ 8,5 bilhões) aos bancos privados estrangeiros, tem acelerado a proximidade de um desfecho final nas negociações da dívida externa.

Assessores do ministro Marcílio acham que hoje o Brasil já pode falar em troca de seus débitos por bônus do Tesouro brasileiro, sem causar nenhum assombro no mercado financeiro internacional, coisa que seria inimaginável há alguns anos.